

04/01/2019

Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

Lei de Proteção às Vítimas e Testemunhas – Parte 3

Resumo

Com relação ao prazo de proteção, a lei diz que o prazo máximo de 2 anos, mas pode ser prorrogado em casos excepcionais, enquanto não cessar aquela ameaça ou aquele risco.

A exclusão pode se dar a qualquer tempo, seja por que ela solicitou ou por decisão do conselho deliberativo, seja por motivo da ameaça ter cessado ou por motivo de conduta incompatível.

OBS: A solicitação para ingressar no programa de proteção, não é feita perante o conselho e sim perante o órgão executor, conforme art. 5 da lei.

Art. 5º A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor

É possível ingressar no programa de maneira cautelar enquanto não é avaliado o contexto, como isso vai ser feito, é uma forma de resguardar enquanto a burocracia é organizada.

O art. 7º diz em que consiste essa proteção, esse rol é exemplificativo.

Art. 7º Os programas compreendem, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

- I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;
- II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;
- III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;
- IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;
- V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;
- VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;
- VII - apoio e assistência social, médica e psicológica;
- VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;
- IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

Parágrafo único. A ajuda financeira mensal terá um teto fixado pelo conselho deliberativo no início de cada exercício financeiro.

O art.9 traz a alteração de nome

Art. 9º Em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo.

Esses pedidos são encaminhados ao juiz de registros públicos

Obs: Em caso de pedido de saída do protegido do programa, é **facultado** ao protegido e seus parentes, o retorno da situação anterior com alteração para o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo, manifestação previa do Ministério Público.

Exercícios

1)Tribunal de Justiça - MG (TJMG/MG) 2011

Cargo: Juiz de Direito Substituto / Questão 50

Banca: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (VUNESP)

Nível: Superior

Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. A proteção oferecida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas terá a duração máxima e improrrogável de 2 (dois) anos.
- II. A pessoa protegida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, quando servidor público ou militar, poderá ter as suas atividades funcionais temporariamente suspensas, sem prejuízo dos respectivos vencimentos e vantagens.
- III. A exclusão da pessoa protegida do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas não poderá ocorrer por solicitação própria.
- IV. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, no caso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à Superior Instância, o juiz proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.

2) Ministério Público Estadual - RO (MPE/RO) 2010

Cargo: Promotor de Justiça Substituto / Questão 5

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

Em relação à Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas, assinale a opção correta.

A) Ao acusado que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa, o juiz poderá conceder o perdão judicial, independentemente dos antecedentes criminais do beneficiário desse perdão.

B) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação e com o processo criminal na recuperação total ou parcial do produto do crime ficará isento de pena.

C) A proteção oferecida pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas terá a duração máxima de quatro anos, prorrogável por igual período, quando perdurarem os motivos que autorizaram a admissão do protegido no programa.

D) O programa de proteção a vítimas e testemunhas compreende, entre outras medidas, ajuda financeira mensal em valor compatível com os ganhos percebidos pelo indivíduo ou pela família antes da sua admissão, até que possa desenvolver atividade laboral regularmente.

E) Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas, os condenados que estejam cumprindo pena e os submetidos a prisão cautelar, sendo possível eventual medida de preservação de sua integridade física pela polícia.

Gabarito

- 1) B
- 2) E